



UNI Hosp Saúde Ltda.

CNPJ/MF Nº 01.445.199/0001-24 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANS nº 38.525-5

Prezados Senhores, A administração da UNI Hosp Saúde, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. **Mensagem da Administração** - O exercício de 2021, com o desenvolvimento de vacinas e avanço na campanha de imunização, no segundo semestre de 2021, houve queda no número de mortes por Covid-19, quando comparada com o cenário observado em 2020. Nesse ano, observamos aumento dos Custos Assistenciais, que registraram uma elevação em razão da maior complexidade de tratamentos e permanência de internações nos casos de Covid-19, bem como, pela retomada dos atendimentos em consultórios, clínicas, laboratórios e hospitais. Apesar do aumento desses custos diretos, não tivemos impactos relevantes, já que a sinistralidade se apresenta em patamares dentro da média do mercado. Mesmo com menor margem financeira, conseguimos garantir a manutenção dos empregos de nossos colaboradores, que foram inseridos em medidas de segurança, por meio de teletrabalho (home office) e fortalecimento dos canais de atendimento remoto, com vistas a manutenção do distanciamento social requerido e necessário para conter a disseminação do vírus. Apesar de ainda estarmos vivenciando a pandemia no Brasil e no mundo, estamos focados no cumprimento de nosso objeto social, com zelo, responsabilidade, transparência e contribuindo para a contenção da disseminação do vírus em nosso meio. **Política de Destinação dos Lucros:** A UNI Hosp Saúde tem como principal objetivo a recuperação total de prejuízos acumulados de anos anteriores, motivo pelo qual não será estabelecida uma política de destinação dos lucros. **Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na "performance" da sociedade no resultado do exercício:** Encerramos o exercício de 2021 com 46.001 (quarenta e seis mil e um) beneficiários (41.766 em 2020), representando um aumento de carteira de em 10,1%. O aumento da carteira observada nos exercícios reflete a maior atuação comercial da operadora junto a população em sua área de atuação, fruto da reconquista da confiança do cliente local com os serviços assistenciais oferecidos. A receita operacional líquida obteve crescimento de 14,9% em 2021 em relação a 2020, passando de R\$ 131,8 milhões em 2020 para R\$ 151,4 milhões em 2021. A sinistralidade em 2021, medida pela relação entre os eventos indenizáveis líquidos (custo dos serviços médicos hospitalares) e as contraprestações efetivas, cresceu cerca de 6,4%, apresentando-se em 77,2% em 2020 (70,7% em 2020), estando de acordo com a média do mercado para atendimento pleno aos seus beneficiários. No exercício de 2021, a Operadora manteve Suficiência dos principais indicadores estabelecidos pela ANS. **Reorganizações societárias ou alterações de controle direto ou indireto:** A Operadora manteve em 2021 o mesmo

quadro societário do ano anterior, dando continuidade à mesma estrutura. **Perspectivas e planos da administração para o Exercício Seguinte:** Dentre as várias perspectivas almejadas pela administração, para o próximo exercício temos como metas principais: (i) manutenção da carteira de beneficiários com perspectivas de crescimento para o exercício 2022, tendo em vista investimentos realizados na área comercial, com contratação de novos profissionais com vasta experiência e conhecimento de mercado; (ii) estabilização do índice de sinistralidade em patamares aceitáveis de mercado que favoreçam as margens de resultados da Operadora, assim como já vem sendo observado nos últimos exercícios; (iii) manutenção de despesas administrativas; (iv) implementação de práticas mínimas de Governança Corporativa, Controles Internos e Gestão de Riscos - RN/ANS nº 443/2019, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão e melhoria de controles e "compliance" efetivo, além de pleito na redução de fator de Capital Baseado em Riscos, conforme estabelecido pela RN/ANS nº 451/2020; e (v) geração lucros contínuos mensais, como forma de incremento ao Patrimônio Líquido, investimentos e aprimoramentos dos serviços assistenciais prestados aos beneficiários. **Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde:** O ano de 2021 obrigou as Operadoras e demais empresas do país a concentrarem os esforços na manutenção da capacidade produtiva e de atendimento dentro do mesmo nível de qualidade esperado pelos seus beneficiários. Da mesma forma a UNI Hosp Saúde focou sua atenção nesse sentido. **Resumo dos acordos de acionistas:** O principal foco entendido por unanimidade entre os acionistas é manter as operações aos patamares de qualidade, rentabilidade, solvência e sustentabilidade frente ao mercado e às expectativas dos clientes e fornecedores. A UNI Hosp Saúde declara que vem fortalecendo ano a ano sua capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento. A UNI Hosp Saúde, por ser uma sociedade limitada, não tem perspectivas de emissões de debêntures. A UNI Hosp Saúde não possui até 2021 investimentos e sociedades coligadas e controladas, mantendo a política dos anos anteriores. **Agradecimentos** - Nossos agradecimentos aos colaboradores, clientes, prestadores e instituições financeiras, principais responsáveis pelo nosso desenvolvimento, que nos estimulam pela sua preferência e confiança, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e às autoridades ligadas às nossas atividades pela confiança em nós depositada.

São Paulo, 22 de março de 2022. **A Diretora, Camilla Menech Barusco** - Representante Legal

Balancos Patrimoniais dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais			
ATIVO	Nota	2021	2020
Ativo Circulante		43.938.004	46.239.551
Disponível	5	1.890.477	11.960.713
Realizável		42.047.527	34.278.838
Aplicações Financeiras	6	31.407.575	20.065.710
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		13.538.752	13.065.253
Aplicações Livres		17.868.822	7.000.457
Créditos de Operações com Planos de Assist. Saúde	7	10.216.663	8.933.382
Contraprestações Pecuniárias a Receber		10.216.663	8.933.382
Créditos Tributários e Previdenciários	8	274.952	185.667
Bens e Títulos a Receber	9	148.338	5.094.079
Ativo Não Circulante		16.045.436	7.273.054
Realizável a Longo Prazo	10	14.973.308	6.825.860
Outras Aplicações		360.000	-
Créditos Tributários e Previdenciários		3.031.397	3.031.397
Títulos e Créditos a Receber		247.809	-
Outros Valores e Bens		6.340.881	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	4.993.221	3.794.463
Imobilizado	12	1.068.153	441.543
Imobilizado de Uso Próprio - Não Hospitalares		1.068.153	441.543
Intangível		3.975	5.651
Total do Ativo		59.983.440	53.512.605

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31/12/2021

1. Contexto operacional: A UNI Hosp Saúde Ltda. é uma empresa constituída sob a forma de sociedade limitada com fins lucrativos que tem como objetivo a Operação de planos privados de assistência médica a seus associados através de rede própria ou de credenciados de acordo com lei 9.656/98. A UNI Hosp Saúde Ltda. está registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 38.525-5. **2. Principais atividades desenvolvidas:** No cumprimento de suas atividades, a UNI Hosp Saúde Ltda. assina em nome dos seus sócios, contratos para prestação de serviços inerentes a atividade médica com pessoas físicas e/ou jurídicas de direito público ou privado. **3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas Padrão instituído pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, estabelecido pela Resolução Normativa RN nº 435 de 23 de novembro de 2018 e Resolução Normativa RN nº 446 de 01 de novembro de 2019 consoante às práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2020, de forma a permitir a comparabilidade. A conclusão e a emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Operadora em 21 de janeiro de 2022. **4. Principais práticas contábeis:** **a) Regime de escrituração** - A Operadora adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **b) Estimativas contábeis** - As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Tens significativas sujeitos a estas estimativas e premissas incluem provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas de vida útil de determinados ativos e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. **c) Aplicações financeiras** - Estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações vinculadas não estão destinadas à negociação ou disponíveis para venda (vide nota explicativa nº 6). **d) Créditos de operações com planos de assistência à saúde** - São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Preços preestabelecidos - "Provisão de contraprestação não ganha - PCNG", e posteriormente sendo reconhecidos como "contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde", no que se refere aos serviços médicos e hospitalares, quando da efetiva cobertura do risco contratual incorrido conforme determinado pela RN nº 393 de 09 de dezembro de 2015 e suas alterações. Preços pós-estabelecidos na conta de "contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde" (vide nota explicativa nº 7). A provisão para perda sobre créditos de liquidação duvidosa está constituída de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do anexo da Resolução Normativa - RN nº 435/DIOPE/ANS. **e) Demais ativos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores de realização ou liquidação, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os direitos realizáveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificadas como não circulante. **f) Imobilizado** - Demonstrado pelo custo de aquisição corrigido até 31 de dezembro de 1995 menos as depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais (vide nota explicativa nº 10) e não há indicativos de que seu valor de realização seja inferior ao valor contábil (*impairment*). **g) Intangível** - Com as alterações nas Leis nº 6.404/76 e nº 11.941/09, o intangível foi incorporado ao balanço a partir do exercício de 2008 e está relacionado a direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercícios com essa finalidade. O pronunciamento CPC 04 - Ativo Intangível tem como objetivo definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro pronunciamento. Por sua vez, ele estabelece que uma entidade deve reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios forem atendidos. Além disso, também especifica como apurar e mensurar o valor contábil dos ativos intangíveis, exigindo divulgações específicas sobre esses ativos. Na UNI Hosp Saúde Ltda. o ativo intangível é representado por licenças e direito de uso de softwares destinados ao sistema operacional corporativo da Operadora e pelo custo de registro de marcas e patentes, apresentados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculadas pelo método linear a taxas anuais permitidas pela legislação fiscal. (vide nota explicativa nº 16). **h) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde** - Calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 393/2015 e alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 393/2015 e RN 435/2018 e suas alterações vigentes (vide nota explicativa nº 13). **i) Tributos e encargos sociais a recolher** - Calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, considerando os efeitos tributários demandados pela aplicação das modificações na Lei nº 11.941/09 (vide nota explicativa nº 14). **j) Demais passivos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. As obrigações exigíveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificadas no passivo não circulante. **k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - As principais práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes (vide nota explicativa nº 16): **i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. **ii)** Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Passivos contingentes avaliados como de perda possíveis não exigem provisão, mas divulgação em nota explicativa, enquanto aqueles avaliados como de perda remota não são provisionados e nem divulgados; **iii)** Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação. **iv)** Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as possibilidades de êxito, quando originadas de processos em que a Operadora questione a inconstitucionalidade de tributos. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta o opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. **l) Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas ou acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social. **m) Reconhecimento da receita** - As contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando tratar-se de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a

apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado. **n) Reconhecimento dos eventos indenizáveis** - Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados por prestadores que não são cobrados (avisados) em sua totalidade da Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA - Provisão para eventos ocorridos e não avisados conforme metodologia própria. **o) Informações por segmento** - A Operadora está organizada em uma única unidade de negócio, correspondente à atividade de planos de saúde, sendo suas operações controladas e gerenciadas de forma integrada. **p) Normas Internacionais de Contabilidade** - A Operadora vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros, CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, o CPC 34 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 - Demonstrações Separadas, CPC 44 - Demonstrações Combinadas, CPC 47 - Receitas, CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e da ICP-10 do Imobilizado as quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde. As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 290/2012 e alterações vigentes, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

	31/12/2021	31/12/2020
5. Disponível	31.407.575	20.065.710
Caixa	-	1.500
Bancos conta movimento	1.890.477	11.959.213
	1.890.477	11.960.713
6. Aplicações financeiras	31.407.575	20.065.710
Garantidoras de provisões técnicas		
Banco Bradesco S.A. FI Renda Fixa Dedicado ANS	159.755	153.937
Banco Itaú S.A. UBB ANS FI RF Saúde	11.217.725	10.822.930
Banco Santander S.A. FI Renda Fixa ANS	2.161.273	2.088.386
	13.538.752	13.065.253

	31/12/2021	31/12/2020
7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde: Corresponde a valores a receber dos planos de saúde da Operadora. A provisão para perda sobre créditos constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo capítulo I, item 10, subitem 10.2.3 da RN nº 435 de 23 de novembro de 2018. As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. As provisões foram efetuadas de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.5 da Resolução Normativa nº 290/2012 e alterações vigentes da ANS. 31/12/2021 31/12/2020		
Planos Individuais - Pré-estabelecidos		
Contraprestações a Receber	7.795.108	8.259.411
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(391.447)	(707.942)
	7.403.661	7.552.369
Planos Coletivos - Pré-estabelecidos		
Créditos a Receber	2.828.152	1.656.726
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(15.150)	(275.713)
	2.813.002	1.381.013
	10.216.663	8.933.382

	31/12/2021	31/12/2020
8. Créditos tributários e previdenciários		
Circulante		
IR retido na fonte - IRRF	274.952	185.667
	274.952	185.667
9. Bens e títulos a receber: Em 2021 houve reclassificações para o Não Circulante conforme demonstrado no quadro abaixo: 31/12/2021 31/12/2020		
Circulante		
Adiantamentos a Funcionários	5.674	-
Adiantamentos a Fornecedores	142.664	4.446.450
Títulos de Capitalização s/ Aluguéis	-	399.820
Outros Bens e Títulos a Receber	-	247.809
	148.338	5.094.079
Não Circulante		
Títulos de Capitalização s/ Aluguéis	360.000	-
Outros Títulos e Bens	247.809	-
Outros Valores e Bens	6.340.881	-
	6.948.690	-
	7.097.028	5.094.079
10. Depósitos Judiciais e Fiscais		
Não Circulante		
Depósitos Judiciais - TSS e Multas ANS	1.538.883	1.456.948
Depósitos Judiciais - Ressarcimento ao SUS	160.909	160.909
Depósitos Judiciais - Cíveis	3.293.429	2.176.606
	4.993.221	3.794.463

	31/12/2021	31/12/2020		
11. Imobilizado				
Vida útil	Saldos em estimada	Saldos em 31/12/2020	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Imobilizado de uso próprio - Não hospitalares / odontológicos				
Instalações	10	192.006	(22.174)	169.832
Máquinas e Equipamentos	10	16.192	35.404 (5.258)	46.338
Materiais de Informática				
e Periféricos	5	97.929	51.407 (44.866)	104.470
Móveis e Utensílios	10	135.416	33.727 (28.826)	140.316
Benefetárias em Andamento	10	-	607.197	607.197
		441.543	727.735 (101.125)	460.956
12. Intangível				
Vida útil	Saldos em estimada	Saldos em 31/12/2020	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Intangível - Não hospitalares / odontológicos				
Marcas Comerciais	10	1.878	- (382)	1.496
Sistemas de Computação	5	3.773	- (1.294)	2.479
		5.651	- (1.676)	3.975

	31/12/2021	31/12/2020
13. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		

Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais			
	Nota	2021	2020
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		149.906.476	129.902.818
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		151.430.479	131.837.871
Contraprestações Líquidas	18	151.430.479	131.837.871
(-)Tributos Diretos de Operações com Pl. Assist. à Saúde da Operadora		(1.524.003)	(1.935.053)
Eventos Indenizáveis Líquidos		(116.899.871)	(93.252.213)
Eventos Conhecidos e Avisados	19	(115.307.957)	(92.009.089)
Varição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisado		(1.591.914)	(1.243.124)
Resultado das Operações com Pl. de Assistência à Saúde		33.006.605	36.650.605
Outras Despesas Operac. c/ Pl. de Assist. à Saúde da Operadora		(5.305.808)	(1.367.305)
Outras Despesas de Operações de Pl. de Assist. à Saúde		(719.597)	(762.895)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(4.586.211)	(604.410)
Resultado Bruto		27.700.797	35.283.300
Despesas de Comercialização		(10.547.475)	(17.811.023)
Despesas Administrativas		(11.835.795)	(10.645.267)
Resultado Financeiro Líquido		1.546.948	1.336.573
Receitas Financeiras		1.632.392	1.347.809
Despesas Financeiras		(85.444)	(11.235)
Resultado Antes dos Impostos e Participações		6.864.475	8.163.583
Imposto de Renda		(1.497.568)	(1.741.020)
Contribuição Social		(547.764)	(635.407)
Resultado Líquido		4.819.142	5.787.157

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais			
	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	29.842.206	(15.735.177)	14.107.029
Lucro do Exercício	-	5.787.157	5.787.157
Saldo em 31 de dezembro de 2020	29.842.206	(9.948.020)	19.894.186
Lucro do Exercício	-	4.819.142	4.819.142
Saldo em 31 de dezembro de 2021	29.842.206	(5.128.878)	24.713.328
	31/12/2021	31/12/2020	

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Provisões de contraprestações		
Provisões de contraprestação não ganha - PCNG	10.959.338	11.438.698
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	1.504.756	988.803
Provisão de eventos a liquidar à rede credenciada	2.244.807	2.244.807
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	7.559.960	8.444.354
Prov. de ev. ocorridos e não avisados SUS (PEONASUS)	2.476.308	-
	24.745.169	23.116.662
Não Circulante		
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	324.783	18

...continuação

24. Instrumentos financeiros: Avaliação de instrumentos financeiros - A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das disponibilidades, créditos de operações com planos de assistência à saúde e não relacionados com planos de saúde da Operadora e os passivos circulantes, principalmente provisão de eventos a liquidar e débitos de operações de assistência à saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão informados nas demonstrações financeiras, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço patrimonial. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Operadora não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. **Fatores de risco** - A Operadora apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **a)** Risco de crédito - Risco do não recebimento de va-

lores decorrentes da prestação de serviços médico-hospitalares ou da impossibilidade de resgate de aplicações e investimentos mantidos junto a instituições financeiras. Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de sua carteira de recebíveis e dos índices de inadimplência, bem como mantém suas aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito. **b)** Risco de liquidez - Risco da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Operadora honre seus compromissos no prazo, em razão do descasamento entre o fluxo de pagamentos e o fluxo de recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de seu fluxo de caixa, avaliando a adequação dos prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, geralmente caracterizadas por prazos de re-

cebimentos e pagamentos consideravelmente curtos. **c)** Risco de taxas de juros - Risco de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos significativos sobre os rendimentos dos recursos aplicados ou sobre a remuneração dos recursos captados no mercado financeiro. Para minimizar possíveis impactos de oscilações em taxas de juros, a Operadora tem por prática realizar aplicações financeiras conservadoras em títulos de renda fixa (CDB e Fundos de investimento) junto a bancos de primeira linha, bem como evita a contratação de empréstimos de montante elevado. **d)** Risco operacional - Risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de diversas causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Operadora, bem como a fatores externos decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A administração da operadora é responsável pelo contínuo desenvolvimento e imple-

mentação de controles para tratar e administrar riscos operacionais, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. São eles: exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; cumprimento de exigências regulatórias e legais; documentação de controle e procedimentos; exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas; desenvolvimento de planos de contingências; e padrões éticos e comerciais. **25. Eventos subsequentes:** Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Camila Meneh Barusco – Sócia Administradora - CPF 281.282.648-77 • CMX Contabil - Carlos Monis Medeiros - Contador - CRC 1SP163642/O-5

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Administradores da UNIHOSP SAÚDE LTDA. CNPJ: 01.445.199/0001-24 - Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa UNIHOSP SAÚDE LTDA., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da operadora UNIHOSP SAÚDE LTDA., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A administração da operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as de-

monstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela adminis-

tração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido em 23 março de 2021.

Bebedouro- (SP), 22 de março de 2022.
MB AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES.
MARCELO BOCK - CRC – 2SP 021390/O-7 - CRC - ISP 128.524/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>